

A ERA VARGAS E A SEGUNDA REPÚBLICA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Rodrigo Regert

Licenciado em Filosofia. Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Mestre em Educação pela Universidad Tecnologica Intercontinental (UTIC). Docente da UNIARP. E-mail: regert.rodrigo@gmail.com.

Joel Haroldo Baade

Doutor. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade e do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

E-mail: baadejoel@gmail.com.

Financiada pelo Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

RESUMO

Política, desenvolvimento e educação são termos muito próximos e estão inteiramente relacionados, por isso entendê-los dentro do contexto histórico brasileiro é essencial para reflexões sobre a problemática do desenvolvimento. Baseado nisso, o presente artigo procura compreender o desenvolvimento político, as ideias desenvolvimentistas e o desenvolvimento da educação no Brasil na Era Vargas e na Segunda República. A pesquisa utilizou-se do método descritivo e o seu procedimento técnico se deu de forma bibliográfica. Concluiu-se que o país durante a Era Vargas viveu um período contraditório, pois mesmo se mantendo no poder por meio de um Golpe Militar, seu governo era populista. Da mesma forma, na Segunda República, predominou a ideia populista de governo, ou seja, a relação governo e população era uma relação direta que buscava legitimar as formas de governança públicas. No aspecto educacional, em ambos os períodos, a educação estava a serviço dos modelos desenvolvimentistas implantados nos respectivos governos.

Palavras-chave: Era Vargas. Segunda República. Política. Desenvolvimento. Educação.

THE VARGAS ERA AND THE SECOND REPUBLIC: SOME REFLECTIONS ON BRAZILIAN HISTORY OF EDUCATION

ABSTRACT:

Politics, development and education are terms which are very close and are completely related. That is why it is essential to understand them within the Brazilian historical context for reflections on the problem of development. This way, this article seeks to understand the political development, the developmentalist ideas and the development of education in Brazil in the Vargas Era and in the Second Republic. The research has a descriptive approach whose technical procedure was the bibliographic analyses. The conclusion highlights that Brazil lived a contradictory period during the Vargas Era, since, even though it maintained power through a Military Coup, its government was populist. In the same way, in the Second Republic, the populist idea of government predominated, that is, the relationship between the government and the population was a direct one which sought to

legitimate public management ways. In the educational aspect, in both periods, education was at the service of developmentalist aspects determined by respective governments.

Keywords: Vargas Era. Second Republic. Politics. Development. Education.

LA ERA VARGAS Y LA SEGUNDA REPÚBLICA: ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN BRASIL

RESUMEN

Política, desarrollo y educación son términos muy próximos y están enteramente relacionados, por eso entenderlos en el contexto histórico brasileiro es esencial para reflexiones sobre la problemática del desarrollo. Basado en eso, ese artículo busca comprender el desarrollo político, las ideas desarrollistas y el desarrollo de la educación en Brasil en la Era Vargas y en la Segunda República. La investigación se utilizó del método descriptivo y su procedimiento técnico fue el bibliográfico. Se concluyó que el país, durante la Era Vargas vivió un periodo contradictorio, pues mismo se manteniendo en el poder por medio de un Golpe Militar, su gobierno era populista. Así mismo, en la Segunda República, predominó la idea populista de gobierno, o sea, la relación gobierno y población era una directa, que buscaba legitimar las formas de gobernanza públicas. En el aspecto educacional, en ambos los períodos, la educación estaba al servicio de los modelos desarrollistas implantados en los respectivos gobiernos.

Palabras-clave: Era Vargas. Segunda República. Política. Desarrollo. Educación.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil no âmbito político, desenvolvimentista e educacional passando por vários períodos como o Brasil Colonial o Primeiro Reinado o período da Regência o Segundo Reinado e a Primeira República ou República Velha que vai até 1930 onde inicia-se a Era Vargas.

A Era Vargas se estende até o ano de 1945 onde inicia-se a Segunda República que foi encerrada em 1964 com o início da Ditadura Militar. Muitas disputas pelo governo brasileiro ocorreram e cada vencedor implantou a sua maneira política de governar bem como a ideia desenvolvimentista e o papel da educação nesse processo.

Baseado nesse princípio fazer um estudo para entender como se deu o desdobramento no âmbito político e desenvolvimentista desde a Era Vargas até o final da Segunda República é de suma importância para a compreensão do processo educacional do Brasil.

Nesse sentido o presente artigo tem o objetivo de caracterizar o desdobramento político, as ideias desenvolvimentistas e a educação correspondente na Era Vargas e na Segunda República. Para isso, no aspecto metodológico o artigo utilizou-se da pesquisa básica, o seu método foi descritivo e o procedimento técnico ocorreu de forma bibliográfica.

ERA VARGAS

A Era Vargas é um período que vai do ano 1930 até 1945. Vargas assume a presidência da república de forma provisória por ser um dos principais líderes contra a República Velha onde no ano de 1934 foi eleito pelos constituintes e deveria governar até 1938, no entanto em 1937 com a criação do Estado Novo e com o apoio dos militares ficou no poder até 1945 (FAUSTO, 2002).

O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO NA ERA VARGAS

A formação do Estado Novo e o seu desenvolvimento político se deu no período entre 1930 e 1945, concretizando-se no ano de 1937. Esse período também foi conhecido como a Era Vargas.

Durante a década de 1920 diversos fatores se conjugaram para acelerar o declínio da República Velha. Os levantes militares tenentistas, o fim da política do café-com-leite, o agrupamento das oligarquias dissidentes na Aliança Liberal e o colapso da economia cafeeira foram alguns dos fatores que criaram as condições para a revolução de 1930, que assinalou o fim da República Velha e o início da Era Vargas (COSTA; MELLO, 1999, p. 284).

O governo de Vargas inicia-se no ano de 1930 com uma vitória da Revolução. Coube a ele, principal líder, assumir a chefia do Governo Provisório, que durou até o ano de 1934 (MORAES, 2003).

A esse respeito, Seriacopi e Seriacopi (2005) mencionam que, em julho de 1934, Vargas foi eleito pelos constituintes para a Presidência da República, pondo fim, assim, ao Governo Provisório. Seu mandato deveria ir até o ano de 1938, quando se escolheria, pelo voto livre e direto, um novo presidente.

Contudo, no ano de 1937, devido à criação do Estado Novo, através de um golpe de Estado e contando com o apoio dos militares e industriais, por meio de leis e decretos, o Presidente Vargas acabou governando até o ano de 1945 (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo federal se viu obrigado a retomar o processo político-democrático e eleitoral. Então, o Presidente Vargas começou a organizar a candidatura de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (MORAES, 2003).

Convém, no entanto, ressaltar que o Presidente Vargas marcou sua primeira passagem no governo brasileiro pelo forte autoritarismo e ao mesmo tempo pela grande popularidade conquistada perante a sociedade brasileira (SILVA, 2013).

A IDEIA DESENVOLVIMENTISTA

O governo de Vargas procurou modernizar as estruturas do Estado, implantando uma nova ordem política, social e econômica, inspirada no nacional-desenvolvimentismo (SILVA, 2013).

A política nacional-desenvolvimentista é uma política baseada na atuação efetiva do Estado, que centraliza praticamente todas as ações e, em contrapartida, investe maciçamente em infraestrutura, visando o aumento do crescimento econômico do país (FAUSTO, 2002).

Nesse sentido, sua característica mais marcante foi a passagem das oligarquias agrárias ao populismo, que se expandiu na América Latina devido à grande crise de 1929¹. Seriacopi e Seriacopi (2005, p. 466) entendem essa forma de governo conforme a definição:

Os novos governantes criticavam as antigas elites oligárquicas, os partidos políticos tradicionais e a influência norte-americana no continente. Dirigiam-se diretamente à população, sem depender da mediação dos partidos. Apresentavam-se como defensores do “povo”, que tratavam como massa homogênea, como se não houvesse em seu interior divisões de classe ou grupos distintos. Procuravam, dessa maneira, conquistar lealdade das camadas populares, manipulando-as de forma a evitar que elas se rebelassem.

Nestas condições, a ideia de desenvolvimento do governo Vargas foi fortemente marcada pelo papel que o Estado deveria exercer, com educação, saúde e cidadania, que trariam a industrialização, uma vez que as oligarquias agrárias não tinham nenhum compromisso com esses fatores (MORAES, 2003).

Por isso, o Estado passava a ter um papel central na fase de industrialização com a ideia de substituir as importações, para isso, era necessário desenvolver uma política segundo

¹ Foi uma crise essa de ordem financeira, que afetou todo o mundo, levando milhões de pessoas ao desemprego e ao desespero (FERNANDES, 2017).

a qual se buscassem formas de aumentar a poupança para reforçar a capacidade de investimento (BRUM, 1990).

Além disso, a elite que assumia o poder nesse período passou a ter uma grande importância no que diz respeito à definição do papel do Estado, visando a industrialização que fora baseada na empresa nacional, que definia os investimentos em infraestrutura e produção de insumos básicos (BRUM, 1990).

A EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS

Anterior ao ano de 1930, é possível afirmar que não existia praticamente nenhuma política educacional estatal, tendo em vista que somente neste ano surgiu o Ministério da Educação, criado por Vargas (FREITAG, 1980).

A esse respeito, Gadotti (2000) menciona que, para o Estado nacional-populista, a escola passou a representar a ideia de disseminação da nova ideologia desenvolvimentista. Devido a isso, no ano de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, do qual o primeiro ministro foi Francisco Campos. Campos criou o Conselho Nacional de Educação, que proporcionou o avanço da reforma do ensino secundário e o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Convém, no entanto, ressaltar que o Ministério da Educação do ministro Francisco Campos se efetivou por meio de seis decretos. São eles:

1 Decreto 19.850 – de 11 de abril de 1931: Cria o Conselho Nacional de Educação.

2 Decreto 19.851 – de 11 de abril de 1931:

Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.

3 Decreto 19.852 – de 11 de abril de 1931:

Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

4 Decreto 19.890 – de 18 de abril de 1931:

Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

5 Decreto 20.158 – de 30 de junho de 1931:

Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

6 Decreto 21.241 – de 14 de abril de 1932:

Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário (ROMANELLI, 2013, p. 132).

Assim, pois, para o Presidente Vargas, a educação tinha um papel central. Com isso, o Presidente aderiu à ideia de que a educação não deveria mais ser laica e ter como princípio os ideais liberais, ou seja, ser gratuita e obrigatória para todo o ensino primário (GADOTTI, 2000).

Paradoxalmente, essa ideia era totalmente contra a concepção dominante na educação, representada pelo ensino oligárquico. No entanto, representantes eclesiásticos e liberais discutiam essa problemática, que só foi resolvida em 1934, quando foi garantida a hegemonia de sua concepção por meio da elaboração da Carta Constitucional (GADOTTI, 2000).

Igualmente, na nova Constituição de 1934, em seu artigo 153, o ensino religioso passou a ser facultativo e ministrado de acordo com os princípios religiosos da família do aluno (ROMANELLI, 2013).

Nesse mesmo período, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova², elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros que lideravam o movimento. A ideia estava voltada para a finalidade da educação que, de acordo com os educadores, deveria ser entendida conforme a filosofia de cada época, rompendo assim com a velha estrutura do serviço educacional (ROMANELLI, 2013).

Estabelece a nova Constituição de 34 (Art. 150a) a necessidade da elaboração de um Plano Nacional da Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis. São regulamentadas (também pela primeira vez) as formas de financiamento da rede oficial de ensino em quotas fixas para a Federação, os Estados e Municípios (Art. 156), fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos para os respectivos níveis de ensino (Art. 150) (FREITAG, 1980, p. 50-51).

Em seguida, no ano de 1937, juntamente com a nova Constituição brasileira, surge o Estado Novo. Durante esse período, é importante ressaltar que na nova Constituição foi introduzido o ensino profissionalizante e a obrigatoriedade de indústrias e sindicatos criarem escolas juntamente com a criação da disciplina de educação moral e cívica³ (GADOTTI, 2000).

²O "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação (BOMENY, 2017).

³A Reforma do ensino de 1º e 2º graus, que deu origem à Lei nº. 5.692/71, tinha sua razão de ser, de acordo com o Estado militar, no momento de desenvolvimento econômico vivido pelo país. Era necessário formar

Igualmente, a Constituição de 1937, ao contrário da Constituição de 1934, deixou livre a educação, dando espaço à iniciativa individual e às associações ou pessoas coletivas, fossem elas públicas ou particulares (ROMANELLI, 2013, p. 155).

Contudo, a política implantada no Estado Novo não se limitava apenas à legislação e a sua implantação, mas sim à ideia de transformar todo o sistema educacional em um instrumento eficaz de manipulação das classes consideradas subalternas (FREITAG, 1980).

Desse modo, em 1942, Gustavo Capanema, ministro da educação, começa a reformular o ensino. As reformas passaram a ter o nome de Leis Orgânicas do Ensino e voltaram-se ao primário e ao ensino médio através de decretos entre os anos de 1942 e 1945 (ROMANELLI, 2013).

Eis os decretos básicos:

1 Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942;

- Lei Orgânica do Ensino Industrial;

2 Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942:

- Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

3 Decreto-lei 4.224, de 9 de abril de 1942:

- Lei Orgânica do Ensino Secundário;

4 Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943:

- Lei Orgânica do Ensino Comercial (ROMANELLI, 2013, p. 157).

Diante desses decretos implantados pelo ministro Capanema e ao fim da Era Vargas, a escola tornou-se um aparelho, cuja finalidade era a reprodução da mão-de-obra e da ideologia dominante, consolidando dessa forma a estrutura de classes (GADOTTI, 2000).

A SEGUNDA REPÚBLICA

A Segunda República inicia no ano de 1946 e perdura até 1964, quando os militares assumiram o poder. Ela tem como ponto de partida o governo de Eurico Gaspar Dutra.

O DESENVOLVIMENTO NA SEGUNDA REPÚBLICA

A Segunda República é o período que inicia no ano de 1946 e dura até o ano de 1964. Esse período é marcado por vários governos distintos, mas com um forte elo em comum, o populismo. O primeiro governo desse período foi o de Eurico Gaspar Dutra.

Antes de tudo, é importante recordar que, em fevereiro de 1945, o Presidente Vargas marcou as eleições presidenciais para dezembro do mesmo ano. No decorrer daquele ano, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a campanha à presidência da república começa a crescer e simultaneamente surgem novos partidos políticos.

Desse modo, o Presidente Vargas, por ser um bom estrategista político, patrocina a formação de dois partidos. O primeiro foi o Partido Social Democrático (PSD), que era porta-voz das oligarquias geradas pelos interventores getulistas. O segundo era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo vinculado ao sindicalismo varguista (COSTA; MELLO, 1999).

A esse respeito, Costa e Mello (1999, p. 329) afirmam que a eleição teve três grandes candidatos, “A UDN apresentou como candidato a presidente da República o brigadeiro Eduardo Gomes; a coligação formada pelo PTB e pelo PSD, o general Eurico Gaspar Dutra; o PCB, Yedo Fiúza.” Devido a isso, é importante deixar claro que a sigla UDN se refere ao partido político da União Democrática Nacional, enquanto a sigla PCB se refere ao Partido Comunista Brasileiro.

No entanto, o candidato Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Presidente Vargas e pelos partidos PTB e PSD, foi o grande vitorioso. Seu governo iniciou no ano de 1946 e se estendeu até janeiro de 1951.

A política econômica praticada pelo Presidente Dutra fez com que ocorresse a volta da inflação e houvesse perda do poder aquisitivo do salário mínimo. O povo, por sua vez, passou a se organizar, o que de certa forma obrigou o Presidente a tomar algumas medidas. Inicialmente o presidente rompeu com as relações diplomáticas da União Soviética e considerou o PSD, partido que havia apoiado nas eleições, como ilegal (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Convém, no entanto, ressaltar que essas medidas adotadas pelo Presidente Dutra fizeram com que houvesse uma rápida organização e crescimento do movimento operário e do Partido Comunista contra tais medidas. Esse crescimento atemorizava os empresários e o próprio governo, atingindo seu ápice em 1947, nas eleições estaduais, nas quais os comunistas conseguiram eleger vinte e três deputados (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Diante dessa instabilidade política, ocorreram as eleições presidenciais no ano de 1950. Vargas, que havia sido candidato pelo PTB, venceu as eleições com 48,7% dos votos (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

A esta altura, Vargas, mesmo tendo saído vitorioso, carregava sobre si uma grande desconfiança por parte de seus opositores, tanto políticos quanto a imprensa, que temiam um novo golpe nos moldes do ocorrido em 1937, com o Estado Novo (MORAES, 2003).

Todavia, quando o Presidente Vargas assume o governo em 31 de janeiro de 1951, deixou claro que iria defender os interesses populares contra as ambições dos grandes empresários. O Presidente Vargas sofreu uma grande pressão das empresas estrangeiras, especialmente as norte-americanas e dos setores mais conservadores da sociedade que estavam submetidos ao capital estrangeiro (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005). Nestas condições, o Presidente não conseguiu defender os interesses populares, o que ocasionou um grande descontentamento da população, gerando muitas greves nesse período.

Ainda assim, em 1954, o Presidente, tentando amenizar as greves, aumentou em 100% o salário mínimo, o que acabou gerando um grande desconforto nos empresários e nos chefes militares, que eram liderados pelo deputado Carlos Lacerda, da UDN (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Além disso, ainda em 1954, Gregório Fortunato, chefe de segurança pessoal do Presidente Vargas, organizou um atentado contra Carlos Lacerda, seu principal opositor. No entanto, quem foi atingido mortalmente foi o major Rubem Vaz, o que acabou intensificando a crise já existente (MORAES, 2003).

As investigações sobre a morte do major Rubem Vaz iniciaram-se e todos queriam a renúncia de Vargas da Presidência, inclusive o Vice-presidente, Café Filho, mas ele não estava disposto a renunciar. Mesmo não tendo ligação direta com o atentado, a pressão foi tanta que, na manhã do dia 24 de agosto de 1954, o Presidente se suicidou, realizando seu último ato político (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Nos meses seguintes, o Brasil foi governado por três Presidentes. “O primeiro deles, Café Filho, Vice-presidente, que promoveu em outubro as eleições presidenciais, conforme previa a Constituição” (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005, p. 473).

Nesse período, quem venceu as eleições foi Juscelino Kubitschek (JK), candidato pelo PSD, e tendo como Vice João Goulart, do PTB. A posse de ambos estava marcada para janeiro de 1956 (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Todavia os derrotados na eleição, Juarez

Távora da UDN e Ademar de Barros do Partido Social Progressista (PSP) não queriam que a posse do Presidente JK ocorresse. Neste contexto, Café Filho se encontrou doente e acabou cedendo lugar ao segundo Presidente nesse período, Carlos Luz, que era o Presidente da Câmara e estava a favor dos candidatos da UDN e do PSP (MORAES, 2003).

Diante disso, o Presidente Carlos Luz tentou afastar do governo o ministro da Guerra, o general Lott. No entanto, Lott reagiu de forma imediata e legalista, destituindo-o do poder e dando posse ao terceiro Presidente nesse período, que era o responsável pelo Senado, Nereu Ramos, garantindo a posse do Presidente JK, conforme era prevista anteriormente para 31 de janeiro de 1956 (MORAES, 2003).

Como se pode observar, o JK assume o governo e passa a ser o sexto Presidente da Segunda República. Note-se que o país passava por um período conturbado desde a morte do Presidente Vargas até JK assumir a Presidência. O país teve poucos avanços, porém, manter a legalidade da democracia, por si só, talvez tenha sido o avanço mais significativo nesse período conturbado.

Como se pode observar, o início do mandato do Presidente JK foi turbulento, porém, aos poucos, ele conseguiu se consolidar fortemente na presidência. Sua habilidade em conciliar os interesses mais conservadores e os populares, como o capital nacional e estrangeiro e o apoio do PSD e PTB, que era a base getulista, deu estabilidade econômica e política ao seu mandato (MORAES, 2003).

Assim, pois, desenvolveu-se o mandato do Presidente JK e, da mesma forma, ocorreu a eleição que elegeu Jânio Quadros, da UDN, para seu substituto. É importante ressaltar que Jânio era opositorista do Presidente JK. Diga-se de passagem, que o principal opositorista de Jânio Quadros foi o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que anteriormente havia assegurado de forma legítima o direito de JK assumir a presidência da república, mesmo sendo apoiado por ele e pelo PTB e PSD, acabou não vencendo as eleições (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Em suma, pela primeira vez, a UDN conseguiu vencer apoiando Jânio, que assumiu o cargo em 31 de janeiro de 1961. No entanto, o mesmo era pouco ligado a qualquer partido político e procurou governar de forma independente (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Convém ainda relatar que o Presidente Jânio era tão independente que, ao invés de apoiar o candidato a vice pela UDN, Milton Campos, ele apoiou João Goulart do PTB, mas, mesmo assim, a UDN precisava do Presidente Jânio, pois o seu perfil populista teria mais chances de vencer (COSTA; MELLO, 1999).

O país passava por uma grave crise financeira, que acabou levando o Presidente Jânio a criar uma política anti-inflacionária, na qual restringia créditos, congelava salários etc., essas medidas sofreram oposição praticamente de toda a população, inclusive dos partidos políticos (COSTA; MELLO, 1999). Essa alternativa adotada pelo Presidente Jânio trouxe como consequência o isolamento político em apenas sete meses de mandato, o que o pressionou a renunciar no dia 25 de agosto de 1961 (MORAES, 2003).

A situação só se agravou e “sua renúncia gerou uma crise política, uma vez que o Vice-presidente João Goulart se encontrava fora do país. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder” (MORAES, 2003, p. 343, grifo do autor). Nesse período, o Presidente João Goulart, Vice de Jânio Quadros, estava proibido de entrar no país, pois era tido como um possível seguidor das ideias comunistas implantadas na União Soviética.

Tratava-se de uma tentativa dos militares assumirem o poder, no entanto, uma forte campanha contra o Golpe iniciada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola e a posição do general Machado Lopes garantiram a posse de João Goulart (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

A crise foi solucionada quando parlamentares e militares chegaram a um acordo, propondo a instituição do regime parlamentarista. O articulador foi o deputado Tancredo Neves, que viajou para o Uruguai, país onde o presidente João Goulart aguardava uma solução depois de viajar por vários países, pois estava impedido de entrar no Brasil (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 474).

Dessa forma, o país submeteu-se ao regime Parlamentarista em setembro de 1961 até janeiro de 1963, quando três pessoas ocuparam o cargo de Primeiro Ministro. Inicialmente foi Tancredo Neves, do PSD, que governou por nove meses; dando lugar para Francisco de Paula Brochado da Ros, também do PSD, que ficou pouco mais de dois meses no poder; e, por fim, Hermes Lima, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que ficou até o plebiscito convocado pelo Presidente Goulart em janeiro de 1963 (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Ressalta-se que o plebiscito convocado pelo Presidente Goulart foi uma consulta popular que optou pelo retorno ao Presidencialismo, dando poder ao Presidente que havia sido enfraquecido pelo Parlamentarismo (MORAES, 2003).

Na realidade, o Presidencialismo lhe dava mais autonomia, porém, em contrapartida, as pressões também passaram a aumentar sobre o Presidente Goulart que, na tentativa de amenizar as críticas, saiu às ruas e, no dia 13 de março de 1964, realizou uma fala

para 150 mil pessoas, na estação ferroviária Central do Brasil, pedindo apoio para as reformas de bases que, segundo ele, eram necessárias (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Nesse dia, o Presidente assinou um documento se comprometendo com a reforma agrária e a estatização de empresas de petróleo, era o que estava faltando para os militares afirmarem que o país estava prestes a ser tomado pelos comunistas (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Após uma semana da assinatura do documento que se comprometia com as reformas prioritárias rurais, alguns setores da burguesia organizaram em São Paulo a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, onde se fizeram presentes cerca de 400 mil pessoas (MORAES, 1999).

Tal problema era o que precisava para que o movimento político-militar fosse iniciado no dia 31 de março de 1964, sob o comando do general Castelo Branco, que contava com o apoio do governo dos Estado Unidos e de alguns governadores (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Diante disso, com o golpe implantado, por duas semanas, o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu novamente a Presidência da República, passando ao general Castelo Branco, no dia 15 de abril (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Resumindo, “a deposição de João Goulart teve duplo significado para o país: marcou o fim do período populista, iniciado em 1930 com Getúlio Vargas, e o término do primeiro intervalo democrático, iniciado em 1945” (MORAES, 2005, p. 387).

É interessante ressaltar que, mesmo o Presidente Vargas tendo permanecido no poder em seu primeiro mandato (Era Vargas 1930-1945), através de um golpe de Estado, sempre tinha uma política voltada à população e os demais governos, que o sucederam até o golpe militar de 1964, agiram praticamente da mesma forma.

3.2 A IDEIA DESENVOLVIMENTISTA NA SEGUNDA REPÚBLICA

A ideia desenvolvimentista de Dutra, que governou nos anos de 1946 até o início de 1951, teve uma forte influência do economista Eduardo Gudín. O desenvolvimento era entendido sob a ótica dos princípios do liberalismo econômico, ou seja, era favorável à entrada de capital estrangeiro, entregando o Estado à iniciativa privada, exatamente ao contrário do que sempre fez Vargas em seu primeiro mandato (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se tornara um grande credor, tendo saldo positivo acumulado acima de 700 milhões de dólares, valor alto para aquela época (BRUM, 1990).

Todavia, o Presidente Dutra acabou gastando o saldo que o país tinha, comprando produtos supérfluos e supervalorizados, como o prédio da embaixada brasileira em Londres (BRUM, 1990).

Essa concepção desenvolvimentista do Presidente Dutra ocasionou uma grande crise econômica, fazendo com que fossem instituídas medidas de barreiras alfandegárias, e quem sofreu o maior impacto delas foram os operários brasileiros (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Em seguida, inicia-se o segundo governo Vargas, durante os anos de 1951 até 1954. Seu mandato foi fortemente marcado pelo pós-guerra, em que existia uma grande preocupação com o atraso econômico existente no continente e o subdesenvolvimento.

A política econômica de Vargas esteve voltada para o desenvolvimento industrial autônomo e independente; tendo esse objetivo em vista, foram feitos novos investimentos públicos nos setores de infra-estrutura [sic], como energia e transporte. A criação do Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, visava justamente dar apoio e financiar os investimentos nesse setor. O novo banco buscou apoio na Cepal (MORAES, 2003, p. 379).

O Presidente Vargas entendia que, para o país ser forte, era necessário ter uma economia na América Latina forte, por isso criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e apoiou o desenvolvimento da Comissão Econômica dos Países para a América Latina (CEPAL), buscando, ele mesmo, encontrar o apoio necessário para o país crescer.

Diante disso, o Presidente Vargas retoma novamente a ideia de um Estado forte e atuante para a consolidação do processo de industrialização. Tal processo estava voltado à ideia de produção de bens duráveis, como por exemplo: automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônica, que se consolidou posteriormente no governo de JK (BRUM, 1990).

Ainda nesse período, inicia-se a estruturação do mercado nacional, passando a produzir em grande escala, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e a distribuir para todo território, o que exigia ampliação e aperfeiçoamento da infraestrutura, principalmente da energia (BRUM, 1990).

A política desenvolvimentista do Presidente JK fora de certa forma uma continuidade mais elaborada da política varguista. Como no Brasil havia há tempos um

mercado considerado de consumidores, a ideia era a substituição das importações por produtos fabricados no país (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Embora o Presidente Vargas houvesse iniciado o processo de industrialização voltado aos bens de consumo duráveis, foi no governo de JK que de fato essa ideia foi consolidada. A esse respeito, Pedro, Lima e Carvalho (2005, p. 468) afirmam que:

[...] no período de Getúlio, a industrialização estava voltada para os bens de produção (aço, petróleo etc.). Com Juscelino a indústria procurou atender a um crescente mercado de bens de consumo duráveis, principalmente de eletrodomésticos e automóveis”.

Nesse sentido, o desenvolvimento no governo JK teve um papel importante. O Presidente JK pretendia fazer em cinco anos o que os demais presidentes levariam cinquenta, por isso, implantou uma política nacional-desenvolvimentista através da implantação de um Plano de Metas que priorizava cinco áreas para o investimento estatal, são elas: a indústria de base, a energia, o transporte, a educação e a alimentação (MORAES, 2003).

Desse modo, a indústria, a energia e o transporte receberam grande apoio do governo. Foram construídas usinas hidrelétricas, como a de Furnas e a de Três Marias, em Minas Gerais; a siderúrgica Usiminas, na cidade de Ipatinga; a indústria automobilística, em São Bernardo do Campo; e a de construção naval, principalmente no Rio de Janeiro (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Além do desenvolvimento industrial, Juscelino procurou resolver os problemas econômicos e sociais das regiões mais carentes, como o Nordeste, e para isso criou diversos órgãos, sendo o mais importante deles a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), idealizada e dirigida pelo economista Celso Furtado (MORAES, 2003, p. 382).

Convém, no entanto, ressaltar que a obra mais importante do Presidente JK foi a construção no Planalto Central, na cidade de Brasília⁴, projetada pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, para ser a nova capital da República (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Naturalmente é possível sintetizar a ideia desenvolvimentista do Presidente JK através de três grandes formas:

No plano econômico, para onde converge a ênfase maior, a promoção de um crescimento acelerado da economia, de modo a colocar o Brasil num novo patamar de desenvolvimento (industrialização); no plano social, a criação de novas oportunidades de

⁴ A Construção de Brasília ocorreu entre os anos de 1956 a 1960. A mudança da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para o Planalto Central, requereu uma enorme quantidade de recursos financeiros, materiais e humanos (TODA MATÉRIA, 2017).

emprego e elevação do nível de vida da população; e no plano político, a estabilidade política e a garantia das liberdades democráticas (BRUM, 1990, p. 94).

O Presidente JK acreditava que, para chegar ao desenvolvimento, era necessário que os países atrasados percorressem o mesmo caminho dos países desenvolvidos, ou seja, o subdesenvolvimento, para ele, não era fruto de uma estrutura econômica mundial de exploração, e sim considerado um atraso no ritmo de crescimento (BRUM, 1990).

Após a passagem do governo do Presidente JK, o Brasil encontrava-se em uma grande crise, onde se viam esgotadas as possibilidades da economia brasileira, fazendo com que o país entrasse num período de estagnação (BRUM, 1990).

Em seguida, já no governo de Jânio Quadros, o desenvolvimento passou a ser visto através de uma política liberal. O Estado era, de modo geral, entendido como ineficiente e por isso seu poder tinha que ser reduzido.

Diante da grande crise em que o país se encontrava, o Presidente Jânio entendia que o Estado era incompetente para gerenciar e tinha a pretensão de reverter os planos de nacionalização de importantes setores da economia, que haviam sido iniciados pelo Presidente Vargas. Em suma, no campo econômico, ele submetia-se às imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

As submissões do FMI e as reivindicações por melhorias salariais, pareciam estar decretando o fim dos governos populistas no país. A linha nacionalista do governo de Jânio passou a atender também as regras do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou apenas conhecido como Banco Mundial (BRUM, 1990).

No entanto, antes mesmo de completar sete meses de governo, Jânio renunciou à presidência e quem assumiu de forma definitiva, conforme já se viu anteriormente, foi João Goulart, seu vice. Goulart foi o último Presidente populista nesse período.

O populismo, que volta ao poder em setembro de 1961, com forte oposição e contestação nas áreas política, econômica e militar, vai defrontar-se com duas novas forças sociais bastante poderosas e com interesses distintos e divergentes: os interesses multinacionais e associados internos e os interesses da classe trabalhadora industrial (BRUM, 1990, p. 125).

Desse modo, após o plebiscito (já mencionado anteriormente), e com a volta do presidencialismo que dava mais autoridade e autonomia para o então Presidente, João Goulart, o mesmo procurou combater a inflação que estava perto dos 55% ao ano em 1962,

com um plano chamado Plano Trienal, que fora elaborado pelo economista Celso Furtado⁵ (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Nesse período, Celso Furtado foi nomeado o ministro do planejamento e em dois meses e meio desenvolveu o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para os períodos de 1963-1965. No entanto não foi possível ser aplicado em sua totalidade (HORTA, 1982).

O governo de Goulart entendia que para haver desenvolvimento era necessário promover reformas sociais e, para isso, era necessário criar bases para a retomada do crescimento econômico e industrial brasileiro. A ideia era de que isso só aconteceria por meio das reformas de bases, que previam grandes mudanças nas áreas administrativas, fiscais, eleitorais, tributárias, educacionais e agrárias (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Inicialmente o Presidente Goulart começou suas mudanças através da reforma agrária, acreditando que ela poderia assegurar o desenvolvimento e, ao enviar ao Congresso um projeto nesse sentido, os políticos da UDN e do PSD, que defendiam o interesse dos grandes proprietários, acabaram o rejeitando (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Resumindo:

De modo geral a ideia desenvolvimentista de João Goulart caminhava para três direções: “a imposição de limites à atuação do capital transnacional; a ampliação e fortalecimento da presença do Estado na economia; a garantia dos ganhos do trabalho e estímulo à pequena e média empresa nacional” (BRUM, 1990, p. 127).

No entanto, as condições econômicas e políticas em que o país se encontrava não permitiam a implantação dessas ideias, o que fez com que o país permanecesse em crise.

3.3 A EDUCAÇÃO NA SEGUNDA REPÚBLICA

O primeiro Presidente no período da Segunda República foi Eurico Gaspar Dutra, que com o desdobramento da nova Constituição em 1946, passou a fixar a necessidade e a elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino. No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi sancionada somente no ano de 1961 (GADOTTI, 2000). Essa lei visava substituir a Reforma Capanema (mencionada anteriormente), que ocorreu na

⁵ Celso Monteiro Furtado foi membro integrante da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Foi nomeado, pelo presidente Kubitschek, interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Elaborou para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife (SUDENE, 2017).

Era Vargas no ano de 1942. Para o Brasil conseguir superar sua economia rural e agroexportadora, era necessária uma educação que incluísse a todos no processo, inclusive a população mais pobre que havia sido deixada de lado por muito tempo (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

De acordo com Freitag (1980, p. 56):

A política educacional que caracteriza esse período reflete muito bem a ambivalência dos grupos no poder. Essa política se reduz praticamente à luta em torno da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à Campanha da Escola Pública. A Constituição de 46 havia fixado num dos seus parágrafos (Art. 5 XV, d) a necessidade da elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino no Brasil que substituíssem aquelas consideradas ultrapassadas do Governo Vargas.

A volta à democracia no governo do Presidente Dutra permitiu a criação de uma nova Constituição, caracterizada pelo espírito liberal, permitindo a liberdade de pensamento sem a censura, tendo o Estado a função de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Assim, foi “[...] com esse espírito que ela propôs ainda os requisitos mínimos para que essas diretrizes e bases fossem estipuladas, consagrando todo o Capítulo II do Título VI à educação e à cultura” (ROMANELLI, 2013, p. 175).

Da mesma forma, os artigos 166, 167 e 168 afirmavam conseqüentemente que a educação passara a ser direito de todos e que deveria ser ministrada pelos poderes públicos e privados, respeitando as leis que regulam e adotando princípios como: ensino primário obrigatório e gratuito a todos, além de delegar funções para as indústrias nesse processo (ROMANELLI, 2013).

Tais observações levaram o Ministro Clemente Mariani encaminhar em 1948 o primeiro Projeto-de-lei que fazia algumas concessões, às classes trabalhadoras, propondo a extensão da rede escolar gratuita até o secundário e criando a equivalência dos cursos do nível médio (mediante prova de adaptação), no entanto, esse projeto foi engavetado (GADOTTI, 2000, p. 113).

A questão central desse projeto que causou muita polêmica estava voltada à centralização e descentralização do poder, ou seja, a quem cabia o auxílio e o encargo da educação, além, é claro, do que estudar.

Dentro deste contexto, o Presidente Vargas iniciou seu segundo mandato e o encerrou sem que a educação obtivesse muito avanço, pois herdou a problemática do primeiro

Projeto-de-lei, que o Ministro Clemente Mariani havia enviado anteriormente e o mesmo só obteve um suposto consenso no em 1959, quando se mudou o rumo da discussão.

Mesmo assim, para o Presidente Vargas, a educação parecia continuar sendo ponto importante, porém pouco êxito se tinha. “A proposta de inovação educacional não era dogmática e propunha a experimentação como via de formação do aluno. Por isso, a Igreja lutava contra a renovação da inovação da educação” (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 450).

Dando continuidade ao processo educativo no Brasil, após o suicídio do Presidente Vargas, os Presidentes que o sucederam também não obtiveram muito êxito nesse campo. No entanto, um pouco antes do início do governo JK, o deputado Carlos Lacerda apresentou, em 1955, um projeto substituto que se aproximava do antigo projeto, e iniciou-se um novo diálogo a respeito da educação (ROMANELLI, 2013).

E assim, no governo do Presidente JK, continuou o embate político sobre o que ser estudado e de quem é a responsabilidade da educação, sendo apresentados vários projetos substitutos na Câmara para apreciação e discussão.

Já no ano de 1958, o deputado Carlos Lacerda lançou um projeto substituto ao seu primeiro, que mencionava a questão da liberdade de ensino. Como não foi apreciado em 15 de janeiro de 1959, ele o lança novamente com algumas alterações, fazendo com que o ponto central da discussão não fosse mais a centralização ou descentralização da educação levantada pelo projeto-de-lei do Ministro Clemente Mariani em 1948, mas sim a liberdade de ensino (ROMANELLI, 2013).

Essa colocação evidentemente esconde um interesse de classe. A fração da burguesia que fala através da nova proposta de lei não é mais a nacional que procura cooptar a classe operária. Aqui fala a fração que justamente quer excluí-la de um possível mecanismo de ascensão (mesmo que simplesmente individual). O ensino particular - como se sabe - é ensino pago. Que liberdade teriam os pais de um camponês, operário ou habitante de favela para escolher uma escola particular para seus filhos? (FREITAG, 1980, p. 57).

Surgem, nesse momento, três aspectos importantes. O primeiro se refere ao direito das famílias em relação ao gênero da educação dos filhos; o segundo, quando é assegurado o direito paterno de prover a educação dos filhos e a igualdade de condições das escolas públicas e particulares; e, por último, o direito da família e da liberdade de ensino, opondo-se ao monopólio do ensino pelo Estado (ROMANELLI, 2013).

Em seguida, quem assume o poder é Jânio Quadros. Nesse período, ocorre novamente uma importante discussão sobre a educação. Foi em seu governo que o Manifesto dos Educadores⁶ ganhou corpo e passou a alertar o público e o próprio governo sobre as implicações da proposta anterior (FREITAG, 1980).

Devido a isso, os poucos meses do governo do Presidente Jânio dão início a uma campanha a favor da escola pública, que visava a não aceitação e votação da Câmara e do Senado contra o projeto do deputado Carlos Lacerda. Esse embate só foi resolvido após sua renúncia, com a entrada do governo de João Goulart, quando foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em dezembro de 1961.

Dos muitos debates travados, resultou finalmente a Lei 4.024 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela é o compromisso entre as duas tendências expressas pelos dois projetos-de-lei (Mariani e Lacerda). Assim ela estabelece que tanto o setor público quanto o particular têm o direito de ministrar o ensino no Brasil em todos os níveis (Art. 2). A gratuidade do ensino fixada na Constituição de 46 fica omissa na nova lei. [...]. Se dessa forma os setores privados viram assegurados os seus direitos triunfando parcialmente a proposta Lacerda, a lei também absorve elementos da proposta Mariani, com a equiparação dos cursos de nível médio e a flexibilidade de intercâmbio entre eles (Art. 51) (FREITAG, 1980, p. 58).

A aprovação da nova LDB em parte contempla todos os setores da sociedade, o que foi um grande salto para a educação brasileira. Defendia as forças conservadoras, aquelas que temiam a democratização da vida nacional e de certa forma a gratuidade de ensino para as camadas populares, possibilitando uma participação mais ativa na vida econômica e política do país (ROMANELLI, 2013).

A estrutura tradicional do ensino brasileiro⁷ na nova LDB foi mantida e o sistema era organizado em ensino pré-primário; ensino primário de quatro anos; ensino médio, dividido em dois ciclos: o ginasial de quatro anos e o colegial de três anos; e o ensino superior (ROMANELLI, 2013).

Por fim, o plano Trienal de Desenvolvimento Econômico que de certa forma marcou o fim da Segunda República, elaborado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado,

⁶O Manifesto de 1959, de certa maneira, dá sequência [sic] ao Manifesto de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica mais de vinte anos depois. Ele expressa um ponto de vista da história com o qual os seus signatários se envolviam, contemplado desde um mirante muito próprio, mas não necessariamente comum entre eles (SANFELICE, 2007, p. 545).

⁷[...] a LDB de 1961 ordena os princípios curriculares da educação brasileira, a exemplo de utilizar a noção de práticas educativas como aditiva do conceito de disciplina: “Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas” (Art. 35) (MARCHELLI, 2014, p. 1483).

previa também o plano Trienal da Educação (1963-1965), mas que da mesma forma não pôde ser implantado em sua totalidade (HORTA, 1982).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender e analisar o processo político histórico, as ideias desenvolvimentistas e a importância que se dava para a educação nos respectivos períodos é de suma importância para reflexões e conclusões futuras referente sobre a temática.

A ideia desenvolvimentista sempre esteve pautada na possibilidade de um Estado forte e voltado a sua população. Para isso, é claro a educação sempre teve um papel significativo, pois sem ela tampouco se conseguiria atingir o objetivo almejado.

Mesmo o Presidente Vargas tendo dado um golpe no Estado com o apoio dos militares para permanecer no poder em seu primeiro mandato, sua visão sempre foi populista, no sentido de atender a dependa da sociedade e tornar a educação acessível a todos, pois ela era entendida como um importante instrumento de manipulação das classes subalternas.

Na Segunda República, o país continuou tendo em seus governantes de modo geral a ideia populista. Assim sendo, a relação existente entre governo e população, era uma relação direta que legitimava as formas de governanças públicas. Porém a educação passou por um período complicado de regulamentação, e muito discutia-se sobre de quem era a responsabilidade da mesma (Estado X Iniciativa Privada), além de sobre o que deveria ser estudado.

De modo geral, percebe-se nesses períodos que a educação sempre esteve voltada para a ideia desenvolvimentista de cada governo. Por isso, a mesma, nunca foi pensada como uma política de nação. Sendo assim essas reflexões contribuem de forma direta para a compreensão do atual sistema educacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vanessa Kern de; FILHO, Geraldo Inácio. A Educação Moral e Cívica – Doutrina, Disciplina e Prática Educativa. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p. 125 –134, dez. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOMENY, Helena. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ijuí: Vozes, 1990.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1999.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERNANDES, Cláudio. Crise de 1929. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2000.

HORTA, José Silveiro Baia. Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Da LDB 4.024/61 ao Debate Contemporâneo Sobre as Bases Curriculares Nacionais. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1480 - 1511 out./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21665/15915>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História: Geral e Brasil. São Paulo: Atual, 2003.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. História do Mundo Ocidental. São Paulo: FTD, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil: (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 2013.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à Luz da História. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a13v2899.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017

SILVA, Afrânio; et al. Sociologia em Movimento. São Paulo: Moderna, 2013.

SERIACOPI, Gislaíne Campos de Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. História. São Paulo: Ática, 2005.

SUDENE. Quem foi Celso Furtado. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

TODA MATÉRIA. A Construção de Brasília. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/a-construcao-de-brasilia/>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Recebido em: 14.09.2017

Aceito em: 24.10.2018